



FADIPA

**PROJETO DE
AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

“a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados à suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos”. Juliatto (1991)

Ipatinga/MG

Sumário

Sumário

Ipatinga/MG.....	3
Sumário.....	4
APRESENTAÇÃO.....	6
PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	7
1.1 Caracterização da Instituição.....	7
A Mantenedora.....	7
A MANTIDA.....	8
Situação legal da IES.....	Erro! Indicador não definido.
Localização, histórico e contexto da mantida:.....	9
Estrutura Organizacional.....	9
1.1 Missão.....	Erro! Indicador não definido.
1.2 Objetivos e Metas.....	Erro! Indicador não definido.
1.3 Opções Estratégicas.....	18
PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	18
1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	18
1.1. Pressupostos teóricos.....	18
1.2. Objetivos.....	22
1.3. Eixos.....	23
1.4. Fundamentos legais.....	24
1.5. Metodologia.....	26
2. DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO.....	28
2.1 Etapas da avaliação.....	28
3. DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES.....	29
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional:.....	29
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	30
Eixo 3: Políticas Acadêmicas:.....	30
Eixo 4: Política de Gestão:.....	30
Eixo 5: Infraestrutura:.....	30
3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	30
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão.....	31
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	31
Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:.....	32
3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	32
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	32
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	32
Ações Programadas:.....	33
Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.....	33
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	33
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	33
Ações Programadas:.....	34
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	34
A. ENSINO.....	34
B. Iniciação Científica.....	34
C. EXTENSÃO.....	35
Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão:.....	35
Ações Programadas:.....	36
Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.....	36
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	36
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	36
Ações Programadas:.....	37
Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantesAspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	37
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	37
Ações Programadas:.....	37
EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO.....	37
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	38
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	38
1. DOCENTES.....	38
8. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	38
Ações Programadas:.....	38
Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitários	

processos decisórios.....	38
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	39
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	39
Ações Programadas:.....	39
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.	39
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	39
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	40
Indicadores:.....	40
Ações Programadas:.....	40
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA:.....	40
Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:.....	40
Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:.....	41
Ações Programadas:.....	41
4. AVALIAÇÃO EXTERNA	41
5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES	43
5.1. Divulgação dos relatórios	44
5.2. Reorientação das ações institucionais	44
5.3. Meta-Avaliação.....	44
6. CONCLUSÃO	44
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	45

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Direito de Ipatinga expõe neste projeto as informações e procedimentos para a Avaliação Institucional procurando incorporar as diretrizes, normas e recomendações contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Além disso, define um modelo de sistematização dos dados coletados. Este documento apresenta as linhas gerais de como a Faculdade realiza a Autoavaliação Institucional.

O Projeto está estruturado em duas partes. A primeira parte trata da Instituição e do seu Planejamento Estratégico; a segunda, do Programa de Avaliação Institucional.

O Projeto abrange itens como: história, pressupostos teóricos, objetivos, dimensões, fundamentos legais e metodologia; diretrizes operacionais da Autoavaliação; etapas perspectivas da avaliação; detalhamento da avaliação das dimensões; avaliação externa; utilização dos resultados obtidos nas avaliações; cronograma; consideração final. Destina-se a colher feedbacks em forma de resposta a questionários de: discentes, docentes, corpo técnico, egressos e sociedade civil.

A CPA espera cumprir o cronograma estipulado e desenvolver seu Projeto de Avaliação Institucional de forma que ele se torne um recurso estratégico de apoio à gestão e realmente contribua para a melhoria da Instituição.

PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1 Dados Institucionais

1.1 Caracterização da Instituição

1.1.1 A MANTENEDORA

O Sistema Alfa Universitário LTDA., antes denominado Centro Educacional de Ipatinga S/C LTDA., nasceu a partir do idealismo e do esforço conjugado de seus instituidores e comunidade local na busca de alcançar a educação igualitária de qualidade, que possa permitir a todos o mesmo desenvolvimento dentro de um novo paradigma de cultura e saber. Como sociedade simples limitada, com fins lucrativos, iniciou suas atividades em março de 2002, com prazo de duração ilimitado e seu Estatuto está registrado no Cartório de Serviços Registro de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas, comarca de Ipatinga, sob o Nº 6967, livro A-7.

O Sistema Alfa Universitário, doravante denominado apenas ALFA, desde o seu nascedouro, tem o objetivo de atuar no ambiente educacional, propiciando a produção, difusão e criação de conhecimentos e princípios metodológicos, articulados com uma visão dinâmica de ciência e sociedade, de modo a possibilitar uma formação profissional comprometida com os avanços da ciência, bem como com uma cidadania crítica e reflexiva capaz de não só compreender, mas também de promover e fortalecer a pluralidade cultural, presente nos variados grupos que compõem a nossa sociedade, em especial a região do Vale do Aço, polo industrial, notadamente diversificado.

A ALFA tem prazo indeterminado de funcionamento e as suas principais finalidades são:

- I. Criar, instalar e manter, com fins lucrativos, estabelecimentos de ensino, atividades profissionais científicas e técnicas, cursos superiores e de formação profissional, nos termos da legislação que regula a matéria;
- II. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes, e obras sociais filantrópicas ligadas ao ensino;
- III. Promover medidas que, atendendo as reais condições e necessidades do meio, permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes;
- IV. Promover atividades de atenção à saúde humana e de apoio à gestão de saúde;
- V. Cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres;
- VI. Criar e manter Faculdades, Centros Universitários, Universidade, cursos ou órgãos de ensino de interesse social;
- VII. Promover publicações, especialmente de assuntos didáticos e acadêmicos, se possível, e
- VIII. Agir em estrita conformidade com as normas legais e estatutárias obedecendo às determinações das autoridades competentes.

O Sistema Alfa mantém atualmente a Faculdade de Direito de Ipatinga – FADIPA -, com os cursos de Odontologia e Direito.

Nome: Sistema Alfa Universitário LTDA (ALFA).

Endereço: Rua Joao Patrício de Araújo, 195. Bairro Veneza. Ipatinga / MG

CEP: 35.164-251

CNPJ: 04.943.416/0001-02

Telefone: (31) 3822-8808

1.1.2 MANTIDA

Nome: Faculdade de Direito de Ipatinga

Endereço: Rua João Patrício de Araújo, 195. Bairro Veneza. Ipatinga

Telefone: (31) 3822-8808

Site: www.fadipa.br

1.1.3 Atos Legais da Mantida:

Credenciamento: Portaria MEC 366 de 12 de março de 1997, publicada no Diário Oficial da União em 13 de março de 1997.

Recredenciamento: Portaria MEC 719 de 08 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 09 de agosto de 2013.

Transferência de Manutença: Portaria MEC 318 de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2017.

Código da Mantida no sistema E-mec: 15451

1.1.4 Localização, histórico e contexto da mantida:

Entre os séculos XVI e XVII, entradistas seguiam pela região à procura de ouro e materiais de valor, mas a descoberta de ouro na região central de Minas Gerais fez com que vilas e povoados crescessem nesta região que até então era habitada apenas pelos índios Botocudos. Pouco tempo depois, a Coroa portuguesa proibiu o povoamento da região do Vale do Rio Doce, para evitar o contrabando de materiais preciosos. Na segunda metade do século XVIII, Antônio Noronha ordenou a construção de uma estrada ao leste da capitania, justificando-se de que havia ouro nessa região. A estrada foi concluída pouco tempo depois.

Os primeiros civilizados a chegarem até a região de Ipatinga e do atual Vale do Aço, vieram em 1752 de Sant"Ana do Alfié pela Serra da Vista Alegre. Atravessando o Rio Piracicaba, abrindo na margem esquerda desse rio uma posse no lugar hoje conhecido por Sítio Velho, nas cercanias da atual Usiminas, não tendo prosseguido por ter sido assassinado por um escravo que ele alugara de dona Ana Matos.

No início do século XX, as principais atividades econômicas eram a agricultura de subsistência e a pecuária. No ano de 1901, com a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, o engenheiro Pedro Nolasco foi contratado para planejar uma estrada margeando o Rio Doce, que fosse desde o Porto de Vitória até a cidade de Diamantina. Sete anos mais tarde, um estudo comprova o alto teor de ferro nas jazidas de minério de Itabira. O interesse internacional dos ingleses muda o projeto original da ferrovia, para facilitar o escoamento da produção para o Porto de Vitória, pelo qual seria levado em direção à Europa.

Com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, começaram a vir os primeiros habitantes da primitiva cidade de Ipatinga e da Região Metropolitana do Vale do Aço. Através dos trilhos da estrada de ferro, fixaram-se na região além dos operários, e viajantes de várias partes de Minas Gerais e até de diferentes lugares do Brasil que vieram tentar a sorte na cidade.

Em 22 de agosto de 1922, foi inaugurada na Estação Pedra Mole, a primeira da cidade. O primeiro a fixar pouso foi José Fabrício Gomes, explorador de matas, que se apossou de uma área onde hoje abrange o município de Ipatinga, com a intenção de explorar madeira.

Pouco tempo depois, as terras foram repassadas a José Cândido de Meira, tendo este aumentado a atividade de extração de madeira. Logo após, Alberto Giovannini transformou o local numa fazenda de gado, tendo construído ainda no terreno uma boa casa e, nos terrenos férteis, o cultivo de lavoura, atraindo colonos para o trabalho na fazenda.

No ano de 1930, o trajeto da EFVM foi alterado. A Estação de Ipatinga (atualmente Estação Memória) foi construída para substituir a de Pedra Mole, que desabou em virtude da instabilidade do terreno. Suas

ruínas ainda restam na beirada do Rio Piracicaba, perto da confluência com o Rio Doce. Tudo o que resta desta estação é uma parede, suas fundações e um poço abandonado na região do bairro Castelo. Ao redor da Estação Ipatinga, continuou o crescimento e o desenvolvimento do povoado.

A vocação siderúrgica de Ipatinga inicia-se em 31 de outubro de 1944, quando foi inaugurada a ArcelorMittal Timóteo (antiga Acesita - Companhia de Aços Especiais Itabira) em território que então estava em território de Antônio Dias, atualmente no município de Timóteo.

Dessa época também é a elevação de Ipatinga a distrito de Coronel Fabriciano. Em 27 de dezembro de 1948, depois de um longo processo tramitado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o governador Milton Campos assina a Lei nº. 336, criando o município de Coronel Fabriciano, emancipando-se de Antônio Dias. Junto com a emancipação, Ipatinga também eleva-se a distrito da cidade.

Doze anos mais tarde, uma delegação japonesa visita o então distrito de Ipatinga, sendo escolhido como sede da instalação da Usiminas em 25 de abril de 1956, data que hoje é considerada como dia oficial da fundação da empresa. Para essa decisão, foram levados em conta a topografia apropriada, pequena distância entre as fontes de matéria prima e os centros consumidores facilidades dos recursos hídricos, abundância de energia elétrica, malha ferroviária local e proximidade com outros centros siderúrgicos.

Com as notícias da construção da siderúrgica que se instalaria na região, foi grande a chegada de novos moradores, antes de sua instalação. Isso aumentou a necessidade de um planejamento urbano para a cidade.

Os empregados da empresa foram instalados em acampamentos improvisados, distribuídos por toda a extensão do distrito. Os aventureiros amontoaram seus barracos nas vias públicas e praças. No dia 26 de outubro de 1962, o então presidente do Brasil João Goulart inaugurou a Usina Intendente Câmara, dando início ao seu funcionamento e à produção industrial.

Protestos de trabalhadores da Usiminas contra as más condições de moradia e trabalho, além de agravantes como a humilhação que sofriam ao serem revistados antes de entrar e sair da empresa, reforçaram a opressão de tropas militares sob ordens do governador mineiro José de Magalhães Pinto. Em 7 de outubro de 1963, cerca de seis mil trabalhadores em greve à frente da portaria da empresa foram alvo de 19 soldados no alto de um caminhão que se puseram a disparar contra os operários. O episódio, conhecido como Massacre de Ipatinga, resultou oficialmente em oito mortes e 79 feridos, apesar de tais números sempre ter sido contestados.

Houve, nos meses seguintes ao massacre, aumentos salariais, a substituição do quadro de vigilantes e a condenação dos soldados envolvidos em agressões e no massacre. Anteriormente ao massacre, já existia um ressentimento de insatisfação da população de Ipatinga com a administração de Coronel Fabriciano, devido à distância até a sede municipal e à relativa sensação de isolamento, o que levou à formação de uma comissão pró-emancipação do então distrito em 1962.

Com o rápido crescimento, se tornou fundamental que Ipatinga tivesse autonomia administrativa. A pequena vila dependia diretamente dos interesses da sede, Coronel Fabriciano, e os moradores acusavam políticos fabricianenses de descaso administrativo para com o distrito. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, em redação final, o projeto de revisão administrativa, que criou 237 novos municípios, entre eles estava Ipatinga - criada pela Lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, juntamente com o distrito de Barra Alegre - e Timóteo, tendo sido vetada pelo Governador José Magalhães Pinto a instalação dos municípios de Ipatinga e Timóteo, que enviou uma mensagem às comissões Pró-Emancipação dos dois municípios do Vale do Aço, informando o veto à emancipação e os seus motivos: afirmava que pretendia manter uma unidade política, administrativa, econômica e financeira desse polo siderúrgico.

No entanto, uma quebra de aliança entre o prefeito fabricianense e Magalhães Pinto, permitiu que uma nova comissão conseguisse a aprovação da emancipação de Ipatinga pela Secretaria de Interior do estado em 28 de abril de 1964. No mesmo processo também houve a emancipação do distrito de Timóteo, desmembrado de Coronel Fabriciano, além de João Monlevade e Bela Vista de Minas. A notícia da independência de Ipatinga e Timóteo foi anunciada em um palco montado no Centro de Fabriciano por volta do meio-dia da mesma data, sendo oficializada com a publicação no Diário Oficial do dia seguinte, 29 de abril. José Orozimbo da Silva foi empossado como intendente, sendo posteriormente substituído por Délio Baêta Costa, porém Fernando Santos Coura foi o primeiro prefeito eleito e veio a assumir o cargo em 4 de dezembro de 1965.

Até 1967, encontravam-se implantados na Vila Operária os bairros Amaro Lanari, Bom Retiro, Cariru, Castelo, Horto, Imbaúbas e Vila Ipanema. Dentre outros bens infra estruturais básicos, foram construídos o Colégio São Francisco Xavier (1962) e o Hospital Márcio Cunha (1967).

Entre as décadas de 70 e 80, foram construídos cemitérios, salas de cinema, fundações culturais e teatrais, o terminal rodoviário e o Ipatingão.

Paralelo à original Vila Operária, o crescimento da população não industrial induziu o surgimento de novas divisões sem relação com a empresa, em especial na periferia da cidade, no decorrer da segunda metade do século XX.

A Verticalização entre os bairros Ideal, Cidade Nobre e Iguaçu, áreas onde a consolidação urbana ocorreu após a década de 70. No começo da década de 1990, a efervescência da atividade comercial incentivou a estruturação do Centro da cidade, com parte de sua população sendo remanejada para casas populares. A privatização da Usiminas, no início da década de 90, ajudou a desvincular a administração pública com foco à empresa para priorizar a cidade como um todo. Ao longo do tempo, com o crescimento populacional da cidade, houve a necessidade da expansão dos setores econômico e turístico de Ipatinga.

Em 20 de outubro de 1982 é inaugurado o Kart Clube Ipatinga; em 6 de novembro de 1983 foi fundado o Kartódromo Emerson Fittipaldi; em 3 de março de 1990 foi a inauguração do Aterro Sanitário de

Ipatinga; em 21 de maio de 1998 é fundado o Ipatinga Futebol Clube; em 23 de setembro de mesmo ano foi inaugurado o Shopping do Vale do Aço e o Centro Cultural Usiminas.

Também em decorrência do crescimento demográfico de Ipatinga e cidades vizinhas, em 30 de dezembro de 1998, foi criado o Vale do Aço, reunindo além de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo outros 22 municípios do colar metropolitano, sendo elevado a Região metropolitana em 12 de janeiro de 2006.

Atualmente Ipatinga e o Vale do Aço se destacam pela sua vocação industrial já conhecida, mas com setor de serviços e comércio em pleno desenvolvimento, se caracterizando como polo regional para várias cidades do leste de Minas.

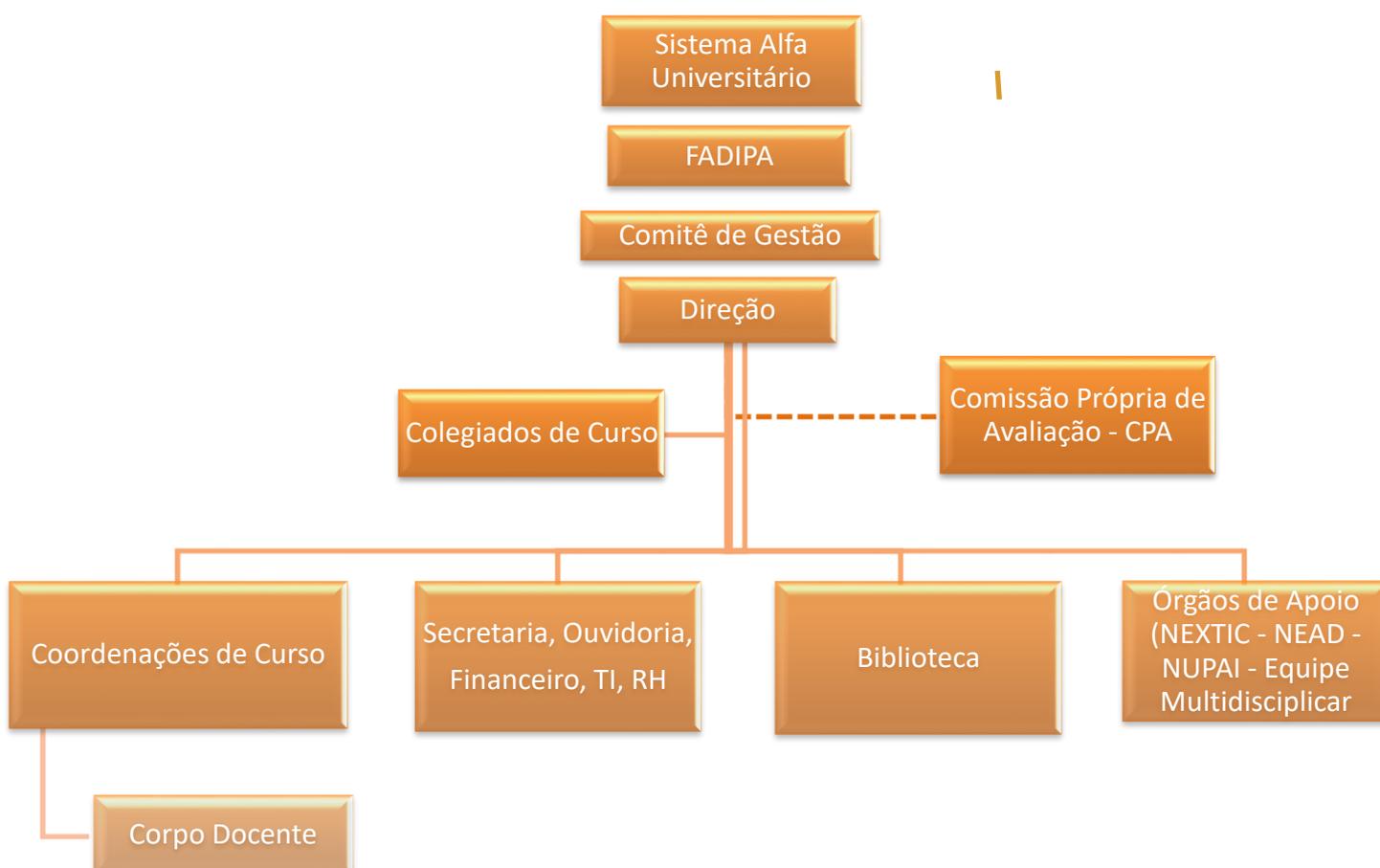
Gentílico: Ipatinguense

1.1.5 Formação Administrativa do Município de Ipatinga

- 1903 - Início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas;
- 01/08/22 - Inauguração da Estação de Pedra Mole, pela Estrada de Ferro Vitória- Minas (As Ruínas da Estação de Pedra Mole foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.575, de 03/09/1996);
- 1925 - Fundação do Grupo de Congado do Ipaneminha - Fundador: José Gonçalves de Almeida (O Congado do Ipaneminha foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.579, de 03/09/1996);
- 1930 - O trajeto da estrada de ferro é mudado para o local onde hoje é a cidade – o ponto de embarque e desembarque de passageiros passa a ser a Estação Ipatinga (atual Estação Memória) - (A Estação Memória foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 1.442, de 30/12/1981);
- 25/05/50 - Criação do Distrito de Barra Alegre;
- 1951 - É desativada a Estação Ipatinga (atual estação Memória);
- 12/12/53 - Criação do Distrito de Ipatinga, pertencendo ao Município de Coronel Fabriciano, através da Lei Estadual 1.039;
- 19/07/54 - Fundação da Igreja São Vicente de Paula - Ipaneminha - (A Igreja do Ipaneminha foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.580, de 03/09/1996);
- 16/08/58 - Cravação solene do marco inicial da construção da Usina Intendente Câmara;
- Outubro/1959 - Criação da Agência Postal de Intendente Câmara;
- 24/12/59 - Inauguração da Igreja Nossa Senhora da Esperança, no Horto - (A Igreja foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 1.443, de 30/12/1981);

- 1960 - Criação da Associação "Amigos de Ipatinga" - um grupo de pioneiros que seriam responsáveis pelo encaminhamento do processo de emancipação de Ipatinga;
- 18/06/60 - Inauguração da Estação Ferroviária Intendente Câmara;
- 1961 - Inauguração do Grande Hotel Ipatinga - (O Grande Hotel foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através da Lei n.º 1.762, de 24/03/2000);
- 26/10/62 - Inauguração da Usina Intendente Câmara – USIMINAS;
- 30/12/62 - A Assembleia Legislativa de MG aprovou em redação final o projeto de revisão administrativa, que criou 237 novos municípios, entre eles estava Ipatinga;
- 29/04/64 - Emancipação Político-administrativa de Ipatinga.

1.1.6 Estrutura Organizacional



1. SÍNTESE DO PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL

1.1 Missão

“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País.”

1.2 Objetivos e Metas

A FADIPA é uma Instituição em desenvolvimento no cumprimento da sua missão e na realização dos seus objetivos e metas. Encontra-se, atualmente, em um processo de reflexões e revisões para expansão, reavaliando suas políticas educacionais de ensino e de extensão, da própria estrutura organizacional e funcional visando um salto de qualidade. Para concretizar os objetivos listados abaixo, a Faculdade estabeleceu metas de médio e longo prazo a serem executadas na vigência de seu PDI que compreende o período de 2019/2023, distribuídas na forma a seguir:

Objetivos e Metas Institucionais

Os objetivos e metas foram estabelecidos a partir das áreas estratégicas de atuação (Ensino, Extensão, Iniciação Científica, Pessoas, Inovação, Financeira e Processos Internos) estabelecidas em reunião colegiada dos gestores.

Eixo	Objetivo	Metas
I – Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão.- aprimorar o sistema de avaliação institucional.	<p>Atendimento ao cronograma das avaliações previstas no projeto de Avaliação Institucional;</p> <p>Fazer com que diretores, coordenadores e gestores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Questionário do Estudante - ENADE);</p> <p>Garantir o desenvolvimento e a perpetuidade das ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias;</p> <p>Garantir que os resultados da Avaliação (interna e externa) sejam divulgados e apropriados pela comunidade acadêmica.</p>
II – Desenvolvimento Institucional	<p>alinhar as técnicas pedagógicas, planejamento didático instrucional e política de ensino de graduação e pós-graduação com as diretrizes do PDI;</p> <p>estabelecer conexão entre a política e práticas de iniciação científica, de inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural com as vertentes do PDI;</p> <p>garantir nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação temas relacionados aos requisitos legais;</p> <p>garantir que a política institucional seja voltada ao desenvolvimento econômico e social.</p>	<p>desenvolver práticas de ensino e atividades avaliativas para graduação e pós-graduação comprometidas com metodologias inovadoras, com avanços tecnológicos com ações inovadoras;</p> <p>realizar ações referentes às políticas de ensino: graduação e pós-graduação, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional;</p> <p>apoiar as práticas de pesquisa ou iniciação científica que visam a produção e interpretação do conhecimento;</p> <p>divulgar os resultados dessas práticas, inclusive de iniciação científica;</p> <p>capacitar e incentivar a produção de currículos dos cursos de modo a atender a transversalidade entre os cursos de graduação e de pós-graduação;</p> <p>promover e apoiar as atividades de ensino valorizando a igualdade étnico racial, a diversidade cultural e de gênero, a promoção aos direitos humanos, a responsabilidade e sustentabilidade ambiental e a diversidade cultural;</p>

		<p>promover a difusão dos resultados à comunidade;</p> <p>apoiar eventos que atraiam os egressos contribuindo para a expansão dos seus conhecimentos;</p>
III – Políticas Acadêmicas	<p>atualizar, sistematicamente, os currículos implementando ações inovadoras;</p> <p>continuar promovendo a extensão aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes das atividades desenvolvidas na Instituição;</p> <p>desenvolver políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu;</p> <p>Desenvolver ações para iniciação científica, para a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico cultural;</p> <p>estimular a produção acadêmica docente e discente; aperfeiçoar o acompanhamento ao egresso;</p> <p>garantir processos de comunicação externa e interna, eficazes.</p>	<p>definir no planejamento da IES a atualização sistemática dos currículos;</p> <p>elaborar currículos dos cursos de modo a garantir temas transversais;</p> <p>selecionar cursos de pós-graduação que atendam às demandas socioeconômicas da região e IES e articulados com a graduação;</p> <p>promover condições para o desenvolvimento da iniciação científica nas diversas áreas do conhecimento;</p> <p>realizar ações artísticas/culturais, através de palestras, semanas de cursos, aulas práticas e eventos sociais, integrando corpo acadêmico e comunidade externa;</p> <p>apresentar programas e projetos de extensão que visem à melhoria das condições sociais da comunidade externa;</p> <p>oferecer capacitação aos docentes no sentido de identificar campos, sujeitos e estratégias para ações científicas, didático-pedagógicas, artísticas e culturais, e outras previstas no PDI;</p> <p>desenvolver o acompanhamento do egresso;</p> <p>fomentar a melhoria de sua aprendizagem e adequação às necessidades locais, regionais, do mundo do trabalho</p>
IV – Políticas de Gestão	<p>garantir a prestação de serviços por profissionais qualificados: docentes, do pessoal técnico-administrativo e gerencial;</p> <p>desenvolver política de capacitação docente e formação continuada;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar ações para qualificação e formação continuada; - Ofertar e garantir a participação do docente em cursos de desenvolvimento pessoal, de qualificação, de programas de mestrado ou doutorado, conforme plano de carreira da IES; - Promover a autonomia dos órgãos gestores e colegiados da IES com a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil; - Realizar manutenções preventivas para redução dos custos com substituição dos equipamentos; - Diminuir o percentual de comprometimento das despesas fixas e folha de pagamento, sobre a receita líquida;

	estabelecer processos de gestão institucional; garantir a sustentabilidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a evasão; - Ampliar receitas alternativas
V- Infraestrutura	proporcionar instalações administrativas e acadêmicas que atendam às necessidades institucionais com infraestrutura física, mobiliária, tecnológica e de segurança	<p>manter acessibilidade para todos os espaços e pessoas; gerenciar a manutenção patrimonial e avaliação periódica;</p> <p>Oferecer recursos tecnológicos diferenciados;</p> <p>Manter atualizados os recursos e equipamentos necessários aos Laboratórios para o desenvolvimento das atividades acadêmicas; Implementar o plano de atualização do acervo da biblioteca;</p> <p>Disponibilizar acervo bibliográfico que atenda a demanda dos cursos; Oferecer salas de apoio de informática incluindo recursos tecnológicos transformadores com suporte e condições ergonômicas;</p> <p>Oferecer banheiros familiares e fraldários adequados às condições de limpeza, segurança e acessibilidade; implementar o plano de contingência, assegurando o funcionamento ininterrupto das atividades da IES;</p> <p>Oferecer recurso de TI e comunicação que permitam a execução das ações previstas no PDI, garantindo a acessibilidade comunicacional e a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, observando e atendendo as tecnologias inovadoras;</p> <p>integrar o AVA ao sistema acadêmico; garantir por meio do AVA a interação entre docentes e discentes.</p>

1.3 Opções Estratégicas

Para cumprir sua Missão, a Fadipa, pauta seus esforços para o horizonte estabelecido, atuando segundo as suas políticas internas de: Planejamento Institucional, Produção Acadêmico-Científica, Responsabilidade Social, Comunicação Interna e Externa, Gestão de Pessoas, Administração Acadêmica e Gestão, Infraestrutura Física e Tecnológica, Planejamento e Avaliação, Atendimento aos Discentes e Egressos e Gestão Financeira.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são adotadas estratégias e procedimentos para se atingir as metas e prioridades, e são utilizados métodos que garantam a viabilidade destas.

Destaca-se um conjunto de estratégias compreendidas em diferentes esferas assim configuradas:

- 1- Promoção do ensino de qualidade;
- 2- Aperfeiçoamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos;
- 3- Ampliação da infraestrutura disponível;
- 4- Redefinição dos processos operacionais acadêmicos e administrativos;
- 5- Desenvolvimento e readequação dos sistemas de comunicação;
- 6- Ação social e atendimento ao estudante.

PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta segunda parte do projeto, será apresentado o Programa de Avaliação Institucional e traçadas as linhas mestras de execução da Autoavaliação segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

1.1. Pressupostos teóricos

O presente projeto diz respeito a um momento especial da Educação Brasileira, para o qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e

a legislação complementar estabelecem que a autorização, o reconhecimento dos cursos e a extensão da autonomia universitária decorrerão dos resultados que comprovem alta qualificação da IES garantida na Autoavaliação Institucional e nas avaliações realizadas pelo Poder Público.

Observa-se, inicialmente, que o conceito de avaliação evoluiu com o tempo, passando esta a ser entendida como um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

Nas duas últimas décadas, o termo, que antes era exclusivo do meio educacional, foi incorporado às gestões administrativas, com a implantação dos programas de Qualidade Total, como um insumo no processo de planejamento da Instituição. Avalia-se para corrigir rumos e melhorar a qualidade.

A educação superior registrou uma alta taxa de crescimento a partir dos anos noventa, tendo aumentado consideravelmente na última década. Isso veio a exigir das IES, a busca da qualidade em seus serviços, que necessariamente será uma decorrência da Autoavaliação realizada com fidedignidade e constância.

Já em 1998, a UNESCO publicou um documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, que definiu qualidade em educação superior como: conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades.

De acordo com as premissas anteriores, a Avaliação Institucional passa a ser vital para sobrevivência das instituições, especialmente as de Ensino Superior e para as organizações se modernizarem e obterem uma melhoria contínua. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

A prática da Avaliação Institucional é adotada nas IES em função de exigências legais e demandas, tendo em vista a autonomia em que se movem e a competitividade que as impulsiona.

Dessa forma, o tema Avaliação Institucional assumiu papel central no processo de gestão das Instituições de Ensino Superior. Com essa prática e com essa visão, as IES brasileiras buscam alcançar a excelência acadêmica e a melhoria da qualidade de seus diferentes processos de gestão. Assim, como já foi enfatizado, a Avaliação Institucional constitui prática essencial da gestão das IES uma vez que permite a melhoria dos processos organizacionais. A busca pela qualidade nas IES brasileiras

pressupõe um compromisso de autorrenovação permanente.

Esse compromisso, por sua vez, exige a incorporação, por parte das instituições, de uma prática avaliativa como atividade constante e integradora dos processos administrativos e pedagógicos. Assim, é importante que um exame explícito, sistemático e participativo dos resultados obtidos em cada etapa avaliativa passe a apoiar um programa global de avaliação da Instituição. Esse programa, por sua vez, deve orientar-se no sentido da excelência acadêmica e do aperfeiçoamento institucional, tendo como pressuposto a melhoria contínua. Conforme Juliatto (1991, p. 132), “a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados às suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos”. Dessa forma, a avaliação promove a discussão interna em torno dos temas relevantes para a gestão. Para tanto, a organização utiliza informações mais precisas, o que permite concretizar uma prática institucional orientada pela unidade de sua missão e de seus objetivos.

Por tudo o que foi dito, percebe-se que a avaliação se torna uma diretriz para as ações acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior e, a partir de 2004, tem por parâmetro a proposta governamental estabelecida pelo SINAES.

O SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi criado e transformado em Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e tem como finalidade “*analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados*” (Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior, MEC, 2004).

Neste sentido, de acordo com as novas diretrizes, três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicadas em diferentes momentos, compõem o SINAES: “(1) *Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)* – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

- (a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;
 - (b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.
- (2) *Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)* – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões

externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

(3) *Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)* – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. A partir de 2009, todos os alunos estão sujeitos ao ENADE dos cursos avaliados, ainda de três em três anos. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, define as áreas que participarão do ENADE”. (Orientações Gerais Para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. INEP, 2004)

O que se espera de uma Instituição de Ensino Superior é que ela vá além da reprodução cultural. A própria internacionalização da educação requer que a IES prepare os seus alunos como profissionais competentes e cidadãos capazes de transformar a realidade com vistas ao bem comum.

Sem tudo isso, uma instituição tende a ser um mero aglomerado de pessoas agindo em direções variadas em função de interesses ou definições pessoais, e em geral, divergentes, de caprichos ou emergências ocasionais, de disposições emocionais do momento ou por situações de desenvolvimento pessoal, tomados como critérios para decidir o que precisa ou deve ser feito como tarefa típica – e definidora! – da instituição. (Botomé 1996, p. 27)

Vários autores se preocupam em estudar o fenômeno avaliativo sob diversos ângulos, e enfatizam a necessidade de encará-lo com seriedade e fundamentá-lo cientificamente. A literatura apresenta diversos conceitos que apontam tipos e funções de avaliação. Todos eles reconhecem seus múltiplos papéis na tomada de decisões educacionais.

Os modelos de avaliação se voltam para pontos importantes que são orientadores da tomada de decisões, já que visam detectar as necessidades que serão processadas no planejamento de uma instituição ou de sistemas de ensino. Assim pensa também Dias Sobrinho (2000):

[...] a Avaliação Institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais parentais e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare a força da Avaliação Institucional como ação de grande impacto da universidade. [...].

Estas considerações implicam a necessidade de intervenção sobre a natureza e

os fins da universidade, sobre seu papel no desenvolvimento de uma determinada sociedade, sua interferência crítica ou sua participação cooperativa na consolidação detendências de âmbitos globais. [...].

Enfim, avaliar a qualidade de uma instituição é medir sua efetividade e a vinculação entre seus objetivos e seus resultados. É julgar seu valor considerando tratar-se de uma instituição de ensino superior que promove continuamente uma análisedos seus processos.

A prática da Autoavaliação Institucional é um processo permanente de construção de uma cultura de avaliação e de sua disseminação na comunidade interna, que compromete todos os atores a consolidá-la. Desta forma, assume caráter formativo, pelo aperfeiçoamento tanto das pessoas quanto da instituição num processo de reflexão e autoconsciência institucional.

1.2. Objetivos

A avaliação institucional na Fadipa é compreendida como um processo que possibilita a transformação da IES, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

A Avaliação Institucional busca alcançar os seguintes objetivos:

- I - promover uma cultura avaliativa no âmbito da Faculdade;
- II – promover a avaliação institucional;
- III - coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da auto-avaliação; e
- IV – utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falha ou de melhorar o ensino, a iniciação científica e a extensão.

De maneira específica, a avaliação na Faculdade se propõe criar condições para:

- ✓ avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos e projetos administrativos;

- ✓ estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- ✓ identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;
- ✓ apontar relações da Faculdade para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;
- ✓ avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando à sua adequação ao contexto histórico, social e político;
- ✓ diagnosticar a adequação à clientela, ao contexto da sociedade onde ela se insere e dos cursos técnicos de nível médio bem como os de graduação;
- ✓ indicar as áreas sobre as quais prevalecerão os cursos de pós-graduação;
- ✓ apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência e indicar seu potencial de ação;
- ✓ identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento e a promoção da iniciação científica;
- ✓ identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos e inovação tecnológica e científica; e
- ✓ identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais ligadas à educação superior.
- ✓ Fomentar o engajamento crescente de toda a comunidade acadêmica e sociedade civil, por meio da realização de seminários e outras estratégias de sensibilização, bem como divulgação das conquistas obtidas por meio da CPA.

1.3. Eixos

A Fadipa contempla, em seu Programa de Avaliação Institucional, as dimensões básicas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: Inclui um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação;

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla a Missão, o Plano de Desenvolvimento

Institucional e Responsabilidade Social da Instituição.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Comunicação com a Sociedade e Políticas de Atendimento aos Discentes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as Políticas de Pessoal, a Organização e Gestão da Instituição e a Sustentabilidade Financeira.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde a análise da Infraestrutura Física da IES.

1.4. Fundamentos legais

A legislação educacional brasileira expressa, em vários instrumentos, o compromisso com a Avaliação Institucional dos quais se destacam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - Capítulo IV, Art. 46), a Lei Federal nº 9131, de 24 de novembro de 1995; os Decretos Federais Ns 2026/1996, 3860/2001 e 5.773/2003; as Portarias Ns 2040/1997, 2041/1997, 2175/1997 e 302/1998 do MEC.

Abordando esses dispositivos regulamentadores, verifica-se que a Lei Federal 9131/95, em seu Art. 3º, determinou a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior. Foram enfatizados os Exames Nacionais de Curso, estabelecidos como condição para obtenção do Diploma de Conclusão de Cursos de Graduação na Educação Superior. O referido texto legal atribuiu aos órgãos centrais federais – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação – o papel de formuladores e avaliadores da política nacional de educação.

O Decreto Federal nº 2026/96 tornou muito claro que os Exames Nacionais de Curso – ENC, proclamados pela Lei 9131/95, constituíram-se em apenas uma das dimensões de um processo global de avaliação das Instituições de Ensino Superior, favorecendo a compreensão dos elementos constitutivos do processo avaliativo. Em todos os textos legais, implícita ou explicitamente, percebe-se que a Avaliação Institucional era entendida como mecanismo de regulação e de controle institucional.

Posteriormente, o Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, dedicou todo o seu capítulo IV à avaliação e determinou, em seu art. 17, caput que a avaliação de cursos e instituições de ensino superior fosse executada pelo INEP. Para assegurar que o processo avaliativo tivesse certa semelhança e coerência, relacionaram-se nos incisos do artigo em seus parágrafos, as

ações básicas a serem realizadas para esse fim.

Em 2006, o Decreto 5.773, foi publicado, este com um objetivo mais amplo, com vistas a disciplinar as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação. O capítulo IV foi dedicado à avaliação e estabeleceu processos avaliativos, dentro dos parâmetros do SINAES.

A Portaria MEC nº 2175/97 vinculou, oficialmente, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC (Exames Nacionais de Curso) ao processo avaliativo global, determinando que os mesmos se constituíssem em indicadores de qualidade e de desempenho de cursos e Instituições de Ensino Superior.

Nessa linha, o Plano Nacional de Educação – 2001, com vigência de 10 anos (até 2011), estabeleceu, entre os seus objetivos e metas, o compromisso de manutenção e o incremento de um sistema de avaliação da educação brasileira.

A Medida Provisória nº 147, emitida em 15 de dezembro de 2003, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, redefinindo finalidades, pressupostos, procedimentos gerais, órgãos responsáveis e obrigações básicas das IES no desenvolvimento do novo processo avaliativo.

Em abril de 2004, obedecendo ao fluxo legislativo, as regulamentações sobre a Avaliação Institucional assumiram caráter estatal com a aprovação da Lei 10.861, de 14.04.04, que, com algumas adequações predominantemente de forma, criou o já mencionado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES desencadeou um conjunto de regulamentações: definiu orientações avaliativas para as IES na sua totalidade; normatizou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; e delimitou competências para os diversos setores oficiais responsáveis pela sua implementação.

Dessas regulamentações, merecem menção especial aquelas que interferem diretamente na dinâmica das IES, conforme relação a seguir:

- Portaria MEC Nº 2051, de 09 de julho de 2004 (regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior, instituído na Lei Nº 10861, de 14.04.04) - Portaria INEP Nº 107, de 22 de julho de 2004 (define critérios para a aplicação do ENADE) - Portaria INEP Nº 108, de 22 de julho de 2004 (define procedimentos técnicos para a aplicação do ENADE)

Os princípios orientadores do SINAES, bem como o caráter democrático dos procedimentos comuns estabelecidos nas suas regulamentações harmonizam-se com a

dimensão emancipatória da avaliação educacional; entretanto é fundamental que a Autoavaliação Institucional seja fortalecida, ocupando o seu espaço de elemento de referência nas interlocuções com a avaliação externa (procedimentos regulatórios sob a responsabilidade dos órgãos oficiais).

1.5. Metodologia

Na linha de trabalho traçada para a Avaliação Institucional nesta Faculdade, todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional nesta Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, e ocorre em vários momentos:

- I. Avaliação do docente, professor por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação do docente, pelo coordenador de curso (semestral); e
- III. Avaliação Institucional Geral (envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, professores, coordenadores, Diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso e representantes da sociedade civil organizada além da avaliação do coordenador de curso pelo docente, professor e discente (anualmente).

Os relatórios institucionais a serem elaborados com a Avaliação Institucional Geral são os seguintes: Relatório Parcial Avaliação Diagnóstica(1º ano do ciclo – início do ciclo); Relatório Parcial com Plano de Ação (2º ano do ciclo – meio do ciclo); Relatório Completo com Checagem das Ações(3º ano do ciclo – final do ciclo).

A coleta acontecerá de forma on-line pelo Portal acadêmico da Fadipa.

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional, é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário) cujos dados, sempre atualizados, servirão como subsídios para o processo de Avaliação Institucional. Os questionários são respondidos pelo corpo Docente, pelo corpo Discente, pelo corpo Técnico- Administrativo, pelos Egressos e por Representantes da Sociedade Civil Organizada. As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento são construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis. **São utilizados também outros instrumentos para a coleta de dados como: questionário complementar, análise documental, entrevistas com os funcionários dos setores, se necessário etc.**

A coleta e análise de dados da Avaliação Docente acontece sistematicamente a cada semestre letivo e é feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação Docente indica os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

Cada aluno preenche um documento contendo as questões referentes aos componentes curriculares nos quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação dos docentes de todas as disciplinas. A pesquisa na modalidade Avaliação Docente é por amostragem e tem como percentual representativo de no mínimo de 30% (trinta por cento) do número de alunos de cada classe. Estes alunos são escolhidos aleatoriamente, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

A coleta e análise de dados da Avaliação Geral acontecem sistematicamente de três em três anos. A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão dos discentes, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos egressos e de representantes da sociedade civil. Os instrumentos utilizados nesta modalidade contemplam as dez dimensões do SINAES.

A cada período da Avaliação, é organizada uma campanha motivadora para que comunidade acadêmica interna responda às pesquisas. A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenadores de Cursos e representantes de classe, que colaboram para a divulgação das datas, formas e objetivos do

exercício de avaliar.

Os avaliadores de todos os segmentos, depois de cadastrados no sistema, respondem aos questionários de forma on-line. A pesquisa nesta modalidade deve ter como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) de cada segmento de avaliadores, sendo recomendada a participação de 100% (cem por cento) de toda a comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários técnico-administrativos).

Os egressos participam desta avaliação geral, respondendo a questionários próprios de forma on-line, e os representantes da sociedade civil organizada respondem a questionário com questões abertas.

2. DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Etapas da avaliação

2.1.1 Etapa de preparação

O objetivo desta etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações que são realizadas pela CPA:

1- Planejamento de um Programa que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Este programa compreende a redefinição dos objetivos, as estratégias, a metodologia, os recursos e o calendário das ações avaliativas. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior.

2- Sensibilização - são utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa como realização de palestras, “folders” explicativos, cartazes e outros. A sensibilização deve estar presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

2.1.2 Etapa de desenvolvimento

Esta etapa tem como objetivo a concretização das atividades que foram programadas

no projeto de Autoavaliação.

Estão presentes as seguintes ações:

- realização de campanha de sensibilização para a participação;
- realização das técnicas programadas através de reuniões, para apresentação das diretrizes do SINAES e do Projeto de Autoavaliação da Faculdade, discussões internas e apresentação das sistematizações de resultados e outros;
- revisão e reestruturação dos instrumentos para a coleta de dados (questionários e outros);
- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho;
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- elaboração de relatórios parciais e final; e
- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

2.1.3 Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de elaborar, analisar e divulgar o relatório final. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo (meta-avaliação) e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

As ações previstas nesta etapa são:

- organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- elaboração de um relatório final que expresse os resultados das discussões, análise e interpretação dos dados;
- divulgação para a comunidade acadêmica dos resultados obtidos; e
- planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

3. DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES

Serão avaliadas as 10 (dez) dimensões previstas no SINAES, agrupadas em 5 (cinco) eixos, a saber:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional:

- Relato Institucional; e
- 8ª dimensão: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

- 1ª Dimensão: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e
- 3ª Dimensão: A responsabilidade social.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas:

- 2ª Dimensão: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- 4ª Dimensão: A comunicação com a sociedade; e
- 9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes

Eixo 4: Política de Gestão:

- 5ª Dimensão: As políticas de pessoal;
- 6ª Dimensão: Organização e gestão; e
- 10ª Dimensão: Sustentabilidade financeira

Eixo 5: Infraestrutura:

- 7ª Dimensão: Infraestrutura física.

Todos os segmentos da Faculdade identificarão aspectos positivos e negativos em relação a cada dimensão avaliada. A partir da identificação destes aspectos, será possível desenvolver políticas institucionais para neutralizar ou superar os aspectos negativos e para intensificar o investimento nos aspectos positivos, maximizando-se o que existe de melhor na Instituição.

A coordenação geral dos trabalhos de Avaliação Institucional caberá à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Todavia, como são diversos os aspectos a serem avaliados, os setores próprios da Faculdade serão responsáveis pela prestação de informações e pela fidedignidade delas.

3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

a) **o Relato Institucional:** demonstração da evolução institucional em relação aos processos de Planejamento e de Avaliação Institucional. Nele deve constar: síntese da avaliação do PDI; síntese histórica da Autoavaliação Institucional da Faculdade; síntese histórica do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações; e evolução histórica da Avaliação Institucional na Faculdade.

b) **a Dimensão 8:** planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão

- *Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação como PDI e com os projetos pedagógicos dos cursos.*

Articulação entre diferentes ações do planejamento geral da instituição e sua materialização no PDI e com os projetos pedagógicos dos cursos.

- *Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.*

Formas, maneiras e perspectivas de apresentação e expressão dos procedimentos avaliativos face ao acompanhamento do planejamento institucional e das atividades educativas.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- Relatórios Parciais e final de Autoavaliação;
- Ações decorrentes dos resultados da Autoavaliação;

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:

- Reuniões para análise do PDI;
- Análise documental;
- atualização e aplicação de questionário de autoavaliação, contemplando as 10(dez) dimensões do SINAES, a ser respondido pela comunidade acadêmica;
- Consolidação e análise dos resultados dos questionários aplicados;
- Verificação da execução das ações planejadas de todas as dimensões;
- Divulgação do processo de avaliação já realizado e de seus resultados;
- Discussão dos resultados da Autoavaliação com a comunidade acadêmica;
- Produção de relatórios parciais e final;
- Inserção dos relatórios parciais e final no sistema e-MEC, até 31 de março de todos os anos;
- Realização da Meta-avaliação.

3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Análise das finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- Análise das características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- Articulação entre o PDI e os PPCs no que diz respeito às atividades de ensino, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC;
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos na instituição.
- Avaliação e atualização do PDI (realização de reuniões, consultas).

- Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões para discussão do PDI e dos PPCs;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Transferência de conhecimento e importância social das ações e impactos das atividades técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, desenvolvimento econômico, entre outras;
- Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, clubes e outros;
- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema

desta dimensão.

Ações Programadas:

- Levantamento dos programas e ações desenvolvidos pela IES;
- análise documental.

3.3 EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

A. ENSINO

- Análise de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares;
- Análise das práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- Análise da pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- Análise das práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didáticas-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. Iniciação Científica

Este item será cumprido sob a forma de investigação científica, uma vez que esta IES não constitui uma universidade.

Por Investigação Científica entende-se a formação do aluno em disciplina que aborda os princípios da Metodologia Científica e da elaboração de trabalhos acadêmicos que atendam a essa metodologia.

Pretende-se com isso dar oportunidade ao aluno de conhecer a linguagem científica e de produzir trabalhos de cunho também científico.

Assim, em todas as disciplinas, os professores poderão e deverão incentivar e até mesmo exigir que os alunos apliquem os fundamentos da metodologia científica no planejamento e elaboração de trabalhos acadêmicos.

C. EXTENSÃO

- Análise da extensão e da intervenção social afirmada no PDI;
- Análise da articulação das atividades de extensão com o ensino e a iniciação científica e com as necessidades e demandas do entorno social: nivelamento acadêmico;
- Análise dos projetos de extensão de caráter social;
- Verificação da participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (*lato sensu*)

- Análise das políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato sensu*, caso presente.

Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão:

- Currículos e programas de estudos;
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo;
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES;
- Sistematização das atividades de extensão;
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas;

Setores Responsáveis: CPA, coordenação pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental;
- Análise das atividades de extensão da Faculdade;

- Análise dos currículos;
- Levantamento das práticas pedagógicas.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- Ações de apoio a órgãos públicos e privados da região com o objetivo de legitimar a função social da Faculdade diante das necessidades da Comunidade;
- Imagem pública da Instituição nos meios de Comunicação Social.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Meios e canais de comunicação utilizados para tornar públicas as atividades da instituição na comunidade externa;
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos;
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-*web* de divulgação;
- Manual do aluno;
- Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes;
- Análise dos meios e canais utilizados na comunicação interna e externa;

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Núcleo Psicopedagógico - para atendimento dos Alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento ao Professor com orientações didático- pedagógicas;
- Análise das políticas de acessibilidade;
- Análise das políticas de participação dos estudantes em atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Documentos de alunos existentes na secretaria acadêmica;
- Relatório das Atividades Extensionistas e Iniciação Científica;
- Relatórios de bolsas e descontos;

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Levantamento de dados na secretaria;
- Levantamento da participação dos alunos nas atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Planos de carreira dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

1. DOCENTES

- Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho;
- Experiência profissional no magistério superior;
- Experiência profissional fora do magistério superior;
- Formação didático-pedagógica;
- Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;

8. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- Número de funcionários técnico-administrativos;
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;
- Experiência profissional;
- Critérios de ingresso na instituição;
- Políticas de capacitação.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Levantamento de indicadores e de dados;
- Reuniões para identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- Entrevistas.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- Existência de procedimentos para a tomada de decisões institucionais em relação às finalidades educativas;
- Comunicação interna e externa.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos órgãos colegiados;
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos da instituição;
- Funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- Funcionamento do sistema e recursos de informação;
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- Organogramas;
- Regimento.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES;
- Verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para Programas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Planilha financeira que compõe o PDI;
- Tabela de cursos oferecidos.

Indicadores:

- Relação ingressantes/concluintes;
- Relação Docentes em capacitação;
- Relação dos Técnico-administrativos em capacitação.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira;
- Levantamento dos pontos fortes e fracos que podem garantir ou ameaçar a sustentabilidade financeira;
- Atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos da faculdade;
- Análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA:

Dimensão 7: Dimensão Avaliada: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Adequação da infraestrutura da instituição em função das atividades de ensino e extensão;
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- Número de laboratórios e adequação para as necessidades da instituição em

relação aos cursos e a quantidade dos estudantes;

- Número de postos na biblioteca e salas de leitura e adequação quanto às necessidades dos usuários;
- Adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES;
- Quantidade e qualidade dos equipamentos da biblioteca;
- Disponibilidade dos materiais em relação à demanda;
- Disponibilidade da bibliografia básica ou complementar em relação à demanda;
- Satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia;
- Satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES;
- Adequação das instalações para os estudantes com necessidades especiais;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- número de salas de aula e demais instalações utilizadas para o desenvolvimento do Ensino, Iniciação Científica e extensão.
- Acessos para portadores de necessidades especiais;
- Materiais e equipamentos de laboratórios;
- Bibliografias e demais itens da biblioteca.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta;
- Atualização e aplicação de questionário de avaliação;
- Análise dos questionários.

4. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de

qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação. O processo de avaliação externa, independente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Segundo o SINAES, a avaliação externa será feita pelo Ministério da Educação, por intermédio do INEP.

Compõe-se de duas etapas:

1ª a visita dos avaliadores à instituição;

2ª a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação, antecipadamente disponibilizado, os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei n.º 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição.” (Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. INEP, 2004)

Segundo essa dinâmica, a soma da autoavaliação e da avaliação externa constitui a avaliação institucional que será implementada pelo MEC/INEP. O trabalho conjunto entre a IES

e o MEC é que poderá trazer elementos de melhoria para a Instituição e subsídios para as políticas públicas voltadas à educação superior.

A Avaliação Externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de Autoavaliação. O processo de avaliação externa, independente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busque integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES

Os resultados da Avaliação Institucional interna (Autoavaliação) e da Avaliação in loco deverão ser amplamente divulgados na comunidade acadêmica como continuidade do processo da Avaliação Institucional, deverão também oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, deverão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos e outros. A divulgação deve propiciar também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

É necessário que haja clareza na comunicação das informações e caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos, considerando a diversidade de leitores. Além disso, é importante que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica a serem implementadas.

Visando à continuidade do processo avaliativo, ao final deste é importante uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, o que permitirá planejar ações futuras. Assim o processo de Autoavaliação proporcionará o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, e será um balizador da avaliação externa prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

5.1. Divulgação dos relatórios

Com base nos dados levantados, a divulgação dos resultados ocorrerá por meio de relatórios parciais e de um relatório final ao término de cada ciclo avaliativo. Esses relatórios serão apresentados à comunidade interna e à comunidade externa. Dessa forma, a Instituição se apresentará à sociedade, com consciência e responsabilidade. Tornará explícita a sua atuação no exercício da função social que exerce.

5.2. Reorientação das ações institucionais

Para que a avaliação produza resultados úteis, faz-se necessário desencadear ações pró-ativas. Para tanto, deve-se discutir com as diversas unidades institucionais quais as estratégias e procedimentos que podem ser adotados para se alcançar a melhor qualidade e levar em conta a auto-regulamentação preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional da própria Instituição.

5.3. Meta-Avaliação

Logo após a concretização das etapas previstas na Autoavaliação da Faculdade, incluindo a apreciação pelos órgãos competentes, a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá um plano de continuidade do trabalho de avaliação. Dessa forma, o programa de avaliação da Faculdade prevê também a avaliação da própria avaliação, a meta-avaliação, como recurso dinâmico e de realimentação do processo. É uma etapa de autocrítica onde os aspectos metodológicos e instrumentais do processo avaliativo são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte.

A meta-avaliação é realizada através de reuniões que apontem para a utilidade, a exatidão, a viabilidade e a propriedade dos métodos e instrumentos utilizados.

6. CONCLUSÃO

A atividade de avaliar sempre foi uma questão polêmica no ambiente escolar.

Os participantes de um processo qualquer de avaliação se transformam ao se verem induzidos a recompor seus esquemas padronizados de análise de alguma coisa pressionados pelas evidências e desenvolvem suas capacidades de julgar.

O Projeto de Autoavaliação tem por finalidade definir suas potencialidades e deficiências, analisar as demandas e necessidades do contexto em que se insere, bem como definir seu projeto institucional.

Como uma produção coletiva da Comissão Própria de Avaliação constituída em cumprimento da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e segundo as Diretrizes do SINAES, este projeto de Avaliação Institucional continuará a ser revisto, reelaborado, sempre no sentido de atualizá-lo e melhorá-lo.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores na educação superior**. Rio de Janeiro:Quallitymark/Dunya, 1997.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394. 20 dez. 1996**. Encarte Extra-Classe 83 do SINPRO-MG, Belo Horizonte, maio 1997. 33p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Superior. **Avaliação Institucional das universidades brasileiras**. Brasília: SESU, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 3.860. 11 jul. 2001**. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Legislação e Jurisprudência (apostila) das Edições Técnicas de Administração Universitária. In: CURSO DE REGISTRO ACADÊMICO. VII. Belo Horizonte: 2001, 215p.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CARVALHO, Kécia Maria de. **Avaliação Institucional: regulação ou ferramenta de gestão acadêmica?** Dissertação de Mestrado, FEAD, Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Proposta de dimensões para avaliação de cursos superiores**. Brasília: INEP/MEC, 2001. JULIATTO, C. I. **A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino**

superior por meio da avaliação. In: Revista Iglu, n.1. out. 1991.

NAVAJAS, Ana Maria. **Avaliação Institucional: uma visão crítica.** São Paulo:Unimarco Editora: 1998.

PETERSON, Marvim W. e MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) **Avaliação institucional.** Brasília: Universidade de Brasília: 1999.

SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira.** Comissão Especial de Avaliação. Brasília: 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

STARK, Joan S; MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) e MACHADO DE SOUZA, Edson.

Avaliação em instituições de ensino superior. Brasília: Universidade de Brasília: 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas.** In:REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB, 63. Fortaleza: 1998.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. **Programa de Avaliação**

Institucional da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, São Paulo:UIMEP, 2000.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador.** São Paulo: IBRASA, 2000.